RESSOCIALIZAÇÃO DE MENORES INFRATORES: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS DA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PREVISTAS NA LEI N. 8.069/90- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANA LUIZA SAMPAIO DIAS, MARIA RAQUEL VIEIRA RODRIGUES

A sociedade sempre teve uma preocupação com as crianças e os adolescentes brasileiros que antes não eram tratados como cidadãos e sim como objetos, não havendo preocupação para o Estado em criar Leis que dissessem respeito a eles. Após muitos anos de lutas e momentos difíceis e a procura de uma qualidade de vida e futuro melhor para esses jovens surgi a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente – Eca, em 13 de julho de 1990.A partir daí com a adoção do ECA e a Constituição Federal houve-se uma evolução a respeito do direitos e garantias fundamentais destas crianças e adolescentes, além do mais, foram impostos seus deveres como cidadãos. Havendo-se assim a adoção de uma proteção integral para estas crianças e ao atendimento de suas necessidades básicas, sendo lhes garantidos uma educação e uma saúde digna.Desta forma, ainda há muitos cidadãos, menores de 18 anos de idade, que se desviam do caminho que era para ser seguido, a fim de se torna um adulto responsável, mas, ao invés, começam a cometer atos infracionais. Desta forma, estes que não são muito bem acolhidos pela sociedade vão para uma Fundação Casa, onde receberam medidas socioeducativas, aqueles que possuem de 12 a 18 anos incompletos, e medidas protetivas para aqueles que possuem 12 anos incompletos. Contudo, essas medidas de proteção e medidas socioeducativas não estão surtindo o seu real efeito, não chegando ao seu objetivo. E o maior motivo para o que estar acontecendo é do Estado que não investe nem na ressocialização desses jovens, muito menos em políticas públicas para evitar que estes entrem no mundo do crime.Desta forma, o artigo visa expor de quem se trata estes menores de 18 anos e qual a legislação que os ampara; quais são as medidas socioeducativas, as medidas de proteção e como elas funcionam; quem são os colaboradores para que se tenha eficácia o ECA e as críticas existentes a respeito da aplicabilidade da Lei 8.069/90. Tem como forma de pesquisa a bibliografia.

PALAVRAS-CHAVE: MENORES INFRATORES, MEDIDAS PREVENTIVAS, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA), MEDIDAS SOCIOED

ÀREA TEMÀTICA: DIREITO

FORMA DE APRESENTAÇÃO: ORAL